

A PROTEÇÃO DA CRIANÇA NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: UMA PERSPECTIVA BRASILEIRA

Projeto desenvolvido no âmbito da Rede Brasileira de Operações de Paz (Rebrapaz).

Entidades Participantes: PUC-Rio (Jana Tabak – coordenadora)¹, NUPRI/USP (Patrícia Nabuco Martuscelli – coordenadora)² e CCOPAB.

1. Introdução

Em 2019, serão celebrados os 30 anos da adoção da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas. Essa convenção teve um profundo impacto em todos os países ao reconhecer crianças e adolescentes como ‘sujeitos de direitos’. Desde então, estes passam a ocupar um papel crescente na agenda política internacional. Em especial na década de 1990, quando conceitos como “Segurança Humana”, “Novas Guerras” e “Responsabilidade de Proteger” se tornaram centrais, crianças e adolescentes emergem como um grupo particularmente vulnerável.

Especificamente, o tema de proteção da criança (child protection) passou a receber a atenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1996, após a publicação do relatório de Graça Machel “The Impact of Armed Conflicts on Children”. Em especial, em 1998, acontece o primeiro debate público do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre os impactos das guerras nas crianças, que inaugura uma série de práticas definidas no âmbito da agenda de segurança internacional, com o objetivo de coibir o recrutamento militar de crianças e prevenir a violação dos direitos das crianças em situações de conflito armado. Até o momento de elaboração deste projeto de pesquisa,

¹ Jana Tabak é professora do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI-PUC-RIO). Atualmente, é pesquisadora de Pós-Doutorado (PNPD-CAPES) no IRI/PUC-RIO. Doutora em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-RIO com bolsa sanduíche em Rutgers, the State University of New Jersey (2014), Mestre em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-RIO (2009) e bacharela em Comunicação social com habilitação em Jornalismo pela PUC-RIO (2003). Pesquisadora da Unidade do Sul Global para Mediação (GSUM). Sua pesquisa é direcionada aos seguintes temas: política internacional, segurança internacional, Instituições e Organizações Internacionais, Direitos Humanos e Infância. E-mail: jtabak@gmail.com

² Patrícia Nabuco Martuscelli é doutoranda em Ciência Política pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. Atualmente é bolsista CAPES/PROEX e Visiting Scholar no Carolina Population Center (University of North Carolina – Chapel Hill). Mestre (2015) e bacharela (2013) em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI/USP) e da Rede Brasileira de Operações de Paz (REBRAPAZ). Sua pesquisa envolve os seguintes temas Imigração e Refúgio, Segurança Internacional, Crianças e Relações Internacionais. Email: patnabuco@usp.br

o Conselho já adotou 14 resoluções temáticas sobre crianças em situação de conflitos armados (a última resolução foi adotada em agosto de 2018).

No ano 2000, o Conselho de Segurança enviou o primeiro Conselheiro de Proteção da Criança (Child Protection Adviser – CPA) para a Missão das Nações Unidas de Assistência para Serra Leoa (UNAMSIL). Dezoito anos depois, o tema da proteção da criança tem recebido maior atenção das Nações Unidas. Além do envio de CPAs para diversas operações de paz da ONU (a depender da percepção do Conselho de Segurança sobre a situação da criança), o DPKO investe em um processo de *mainstreaming* do tema de proteção da criança no âmbito operações de paz, incluindo a promoção de treinamentos sobre proteção da criança e direitos das crianças para todos os membros de missões de paz. Somado a essas atividades, tem a formação de Unidades de Proteção da Criança em operações de paz, incluindo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

No âmbito da REBRAPAZ, propomos essa agenda de pesquisa com o objetivo de entender e investigar como o Brasil percebe e lida com a questão da proteção da infância e das crianças no contexto das operações de paz. Vale destacar que, embora o Brasil esteja cada vez mais inserido na discussão sobre o envio e treinamento de capacetes azuis, ainda não há pesquisas específicas sobre o tema da proteção da criança nas operações de paz. Especificamente, esta pesquisa visa: (i) Analisar o processo de desenvolvimento da agenda de proteção da criança (CP) em situações de conflito armado no âmbito do Conselho de Segurança da ONU; (ii) Analisar o processo de *mainstreaming* de CP no *Department of Peacekeeping Operations* da Organização das Nações Unidas (DPKO), sendo uma das principais atividades o envio de *Child Protection Advisers* (CPA) às missões de paz; (iii) Investigar como este processo de *mainstreaming* de CP no DPKO impacta o treinamento e preparação dos capacetes azuis brasileiros; (IV) Explorar as experiências do Brasil no terreno no que se refere às práticas de proteção da criança em operações de paz; e, finalmente, (V) Analisar o processo de implementação do mandato de CP na MINUSTAH com foco na experiência do Brasil, considerando os limites e as potencialidades.

O projeto terá duração de 2 anos e está estruturado em três fases que envolvem análise documental, entrevistas semiestruturadas e um questionário direcionado aos capacetes azuis brasileiros. Os resultados finais serão apresentados em um seminário a ser organizado no CCOPAB em agosto de 2020.